



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO GABRIEL

Reunião Comitê de Investimento

ATA Nº 04/2023

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, na sala do setor Administrativo Financeiro do IPRESG, sito à Rua Barão de São Gabriel, número setecentos e sessenta e nove, realizou-se reunião do Comitê de Investimentos nomeado pela Portaria nº 001/2023, de quatro de janeiro de 2023. Estiveram presentes, a Presidente do Comitê, Luciana Rodrigues Souto e os membros Adalberto Munhoz Machado e Miriam Alves da Silveira. A presidente do Comitê iniciou informando as pautas de hoje: **Pauta 1 - Análise do Relatório Conjuntura Econômica e Financeira de Março de 2023; Pauta 2 - Aplicação de recurso de venda da Folha de Pagamento do Instituto; Pauta 3 - Reunião com especialista do Banco do Brasil para tratar de cenário e carteira do RPPS e Solicitação de opinião da Consultoria Referência Gestão e Risco sobre possíveis realocações; Pauta 1 - Análise do Relatório Conjuntura Econômica e Financeira de Março de 2023 - A Política de Investimentos está enquadrada conforme legislação, porém devido à liquidação do Fundo Austro Pipe Bancos e dos Fundos Austro Multipar, IMA-B (em processo de liquidação) e do Fundo Austro Multisetorial estes ativos estão desenquadrados de forma passiva. Os investimentos em março tiveram rentabilidade positiva de 1,20%. A inflação medida pelo IPCA continua com expectativas elevadas em 2023 e em 2024. No lado fiscal, a proposta de novo arcabouço ajuda a reduzir incertezas, porém depende de medidas adicionais de receitas e um quadro macroeconômico otimista para garantir a sustentabilidade da dívida pública. Com a economia desacelerando, há expectativa de cortes de juros a partir do segundo semestre deste ano, com expectativa de taxa Selic para 12,75% ao final de 2023, conforme projeções do boletim Focus. No Brasil, a desaceleração da atividade e da disponibilidade de crédito deveria gerar certa descompressão nos juros futuros, mas o comportamento das expectativas de inflação segue exigindo cautela. A evolução da política fiscal deve ser observada atentamente. Desta forma permanecemos com a "cautela controlada" ao assumirmos posições mais arriscadas, pois a volatilidade nos mercados se mantém. **Pauta 2 - Aplicação do valor de R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais) oriundo da venda da Folha de Pagamento para a Caixa Econômica Federal. Para esta aplicação foi solicitada a opinião da Consultoria Referência Gestão e Risco se seria prudente a aplicação em algum Fundo de Vértice da Caixa Econômica Federal. A Consultoria indicou o Fundo CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP, CNPJ 14.386.926/0001-71. Desta forma questionamos a respeito dos fundos de vértice, do qual recebemos o seguinte retorno do Economista Leandro Becker Cavali: A escolha pelo FI CAIXA BRASIL IDKA 2 A, foi devido ao atual cenário e suas perspectivas, performance do ativo e o seu menor grau de risco em relação aos ativos com vértices. Ressaltamos que tais ativos, mesmos os com prazos mais curtos, sofrem oscilações na sua marcação a mercado reagindo ao cenário econômico e político e, desta maneira, podendo não trazer o retorno esperado em um certo período. Mas em contrapartida no final do prazo de carência, sim, o ativo trará o retorno esperado menos as taxas. Ressaltamos que as aplicações apresentam prazo para desinvestimentos (Carência), assim deverá ser emitido o Atestado de Compatibilidade com Obrigações (atendendo a portaria 1.467/22 - art. 115º, devidamente assinado e arquivado nos documentos do RPPS. Como embasamento, colocamos em anexo comparativo/demonstrativo dos fundos de vértices com suas respectivas rentabilidades e medidas de risco (o anexo será juntado a esta ata). Após debate entre os membros do comitê foi decidido a aplicação no Fundo CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP, CNPJ 14.386.926/0001-71, devido a entendermos que este fundo é a melhor opção para o momento. **Pauta 3 - Reunião com especialista do Banco do Brasil - No dia 13 do corrente mês o Comitê teve uma reunião virtual com o Especialista em Investimentos Mario Henrique Ramos que falou sobre o Cenário Econômico Interno e Externo de modo geral e sobre a Carteira de Investimentos do IPRESG. Na reunião ele sugeriu a realocação de CDI para IRF-M, e apresentou alguns Fundos considerados importantes por ele. Esteve participando também desta******

Mário Henrique Ramos



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO GABRIEL**

reunião José Felipe Fonseca da Plataforma de Negócios Governo do Banco do Brasil - Santa Maria/RS. Assim **solicitamos a opinião da Consultoria Referência Gestão e Risco a respeito da realocação sugerida**. Recebemos a resposta do João Ennes via e-mail que ponderou o seguinte: "Em relação ao que o BB sugeriu ao RPPS, considerarmos o atual cenário, onde a Selic está em 13,75% e as projeções de inflação se deteriorando, todas as expectativas do mercado estão que, caso ocorra o começo do ciclo de redução da Selic, provavelmente será em meados do segundo semestre deste ano. Vale ressaltar que se por boas expectativas o começo do ciclo de redução seja antecipado, mesmo perdendo 'a primeira música da festa' não deixaremos de nos colocar bem para obtermos os retornos necessários. Claro que o ideal é sempre rentabilizarmos ao máximo, mas dentro das incertezas econômicas, questões política e tendo um ativo que nos traz em torno de 1% de rentabilidade ao mês, nos gera um certo conforto na alocação. Logo, os fundos atrelados ao DI seguem no radar e provavelmente continuarão por um pouco mais, minimizando os riscos. Contudo, existem alguns ativos que o RPPS pode começar a olhar e se posicionar, como os fundos Prefixados, onde com as taxas altas tendem a nos trazer melhores retornos, mas lembrando que aumenta o risco da carteira. Aqui o ideal é entradas graduais, se o RPPS estiver disposto aumentar o risco, chegando ao limite de 10%. Cabe ressaltar que esses ativos prefixados tendem a ter ganhos satisfatórios em cenário de queda de juros. [...] Neste contexto, a questão fiscal, que segue sendo o principal fator de incertezas para o mercado. Cabe destacar que o Governo divulgou o Arcabouço Fiscal que em suma propõe um limite para a expansão dos gastos públicos, mas estabelece um teto mais alto que o atual. O fato é que os agentes seguem monitorando a repercussão do texto inicial do arcabouço fiscal, diante das críticas sobre a visão expansionista para os próximos anos e a dificuldade para alcance da meta dos resultados primários que foram projetados. Soma-se a isto, precisamos acompanhar notícias relacionadas a como o governo pretende aumentar a arrecadação para tornar a proposta de arcabouço fiscal crível. Agora considerando a posição atual do RPPS, está bem posicionada em DI, essa parte traz retorno em torno de 1% ao mês com risco baixo, na renda fixa demais posições estão de acordo, porém existem alguns ativos da carteira que prejudicaram o RPPS, principalmente no mês de fevereiro (renda variável). Quanto a realocação mantemos a sugestão em estar posicionados em DI/IRF-M1 e ativos de médio prazo (IDKA 2/IMA-B5). Podendo sim termos alocação de recursos novos em prefixados (IRF-M). Com o desenrolar das notícias nos dará maior segurança para posicionar a carteira com mais risco, ou não." O Comitê entende que quando o Consultor fala em Recurso Novo ele trata de repasses e/ou bloqueios do FPM, assim o Comitê deliberou que o momento não é adequado para realocações. Nada mais havendo a acrescentar, eu Luciana Rodrigues Souto, Presidente do Comitê de Investimentos encerrou a reunião, e para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada e pelos demais presentes.

Luciana R Souto

Luciana Rodrigues Souto – Presidente do Comitê de Investimento

Adalberto Munhoz Machado

Adalberto Munhoz Machado – Membro do Comitê de Investimento

Miriam Alves da Silveira

Miriam Alves da Silveira – Membro do Comitê de Investimento

:: LÂMINA COMPARAÇÃO ATIVOS

14/04/2023

Resumo

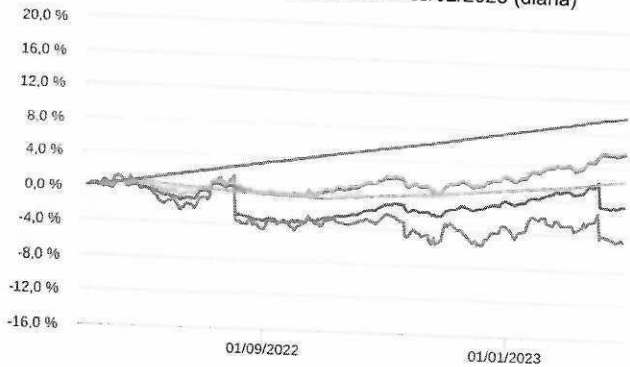
Nome	Retorno (%)				VaR	Volatilidade	Taxa de Administração	PL Atual (mil)	Ano
	Mês	Ano	12 meses	24 meses					
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,38	1,43	3,11	7,05	2,67%	5,63%	0,20%	R\$ 3.532.351,57	
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	1,06	6,23	-	-	1,81%	3,81%	0,20%	R\$ 362.808,31	
CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	1,40	2,62	1,08	2,44	3,69%	7,77%	0,20%	R\$ 842.336,75	
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,57	4,97	9,75	19,82	1,17%	2,47%	0,20%	R\$ 7.091.889,84	
IDKa IPCA 2 Anos	0,64	5,38	10,40	20,92	1,23%	2,59%	-	-	
IPCA	0,29	2,39	4,43	16,65	0,06%	0,14%	-	-	

Retorno Mensal (%)

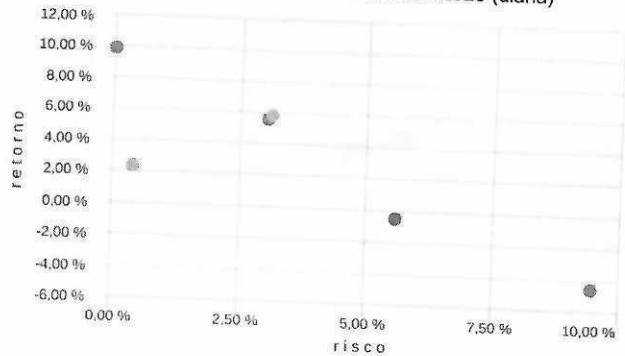
Nome	mar/23	fev/23	jan/23	dez/22	nov/22	out/22	set/22	ago/22	jul/22	jun/22	mai/22	abr/22
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	1,27	-1,59	1,39	1,32	-0,51	1,89	0,49	-3,13	-0,32	0,22	0,89	1,25
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	2,15	1,70	1,19	0,33	-3,33	1,46	0,43	0,57	-0,50	-	-	-
CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	2,78	-1,81	0,28	-0,08	-0,83	1,07	1,18	-3,39	-1,11	-0,04	1,12	0,83
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1,39	1,50	1,41	1,23	-0,71	1,83	0,51	-0,11	-0,29	0,22	0,85	1,40
IDKa IPCA 2 Anos	1,58	1,62	1,44	1,24	-0,77	1,78	0,62	-0,36	-0,17	0,47	0,85	1,51
IPCA	0,71	0,84	0,53	0,62	0,41	0,59	-0,29	-0,36	-0,68	0,67	0,47	1,06
CDI	1,17	0,92	1,12	1,12	1,02	1,02	1,07	1,17	1,03	1,01	1,03	0,83

Gráficos

Retorno Acumulado - 02/06/2022 a 28/02/2023 (diária)



Risco x Retorno - 02/06/2022 a 28/02/2023 (diária)



- CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA
- CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA
- CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP
- IDKa IPCA 2 Anos
- IPCA
- CDI

Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investir é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias.
Fonte: Quantum Axis.

[Handwritten signatures]